

Source: Ministério da Saúde/Ministério da Justiça

**SID/FNUAP Diálogo Regional da América Latina e Caribe sobre  
Direitos Reprodutivos e Violência contra a Mulher: Papéis e  
Responsabilidades de Homens Jovens e Adultos**  
Hosted by CEPIA at Hotel Gloria, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil  
3 e 4 de maio de 2002

*O tema da violência de gênero é subversivo porque revela  
a profunda desigualdade existente entre homens e mulheres.*  
(Ximena Machicao, REPEM, Bolívia).



**SID**

Society for International Development



Ciudadanía, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

## O Contexto: Violência contra a mulher como uma questão de direitos humanos e de saúde pública

*Como diferenciarmos o tipo de castigo: de acordo com o crime ou segundo as relações entre vítima e agressor? Se um homem agride uma mulher desconhecida na rua ele vai ser preso, se agride sua mulher em casa, vai fazer terapia?*  
(Jacqueline Pitanguy, CEPIA, Brasil).

O terceiro diálogo regional SID-FNUAP sobre “Direitos Reprodutivos e Violência contra a Mulher: Papéis e responsabilidades dos homens jovens e adultos” foi co-organizado pela Cepia e dele participaram 35 pessoas provenientes da Argentina, Bolívia, Chile México, Suriname Uruguai e de quatro regiões diferentes do Brasil. O diálogo teve como objetivo discutir abordagens para erradicar a violência contra mulheres e promover a saúde reprodutiva, abordando *como e quando* trabalhar com homens jovens e adultos e debatendo estratégias utilizadas com líderes comunitários, médicos, policiais, operadores do direito, profissionais de mídia.



Participants of the Rio de Janeiro workshop

Em termos da dinâmica, tomou-se como base da discussão o intercâmbio de experiências, analisando como construir redes envolvendo pesquisadores e grupos de ativistas; estratégias sobre como atingir os setores médicos e a mídia, criando diferentes ferramentas de comunicação a fim de promover mudanças nas instituições médicas, policiais e na legislação. Foram compartilhados vários manuais, kits e outros materiais ao trabalho de treinamento e de *advocacy* utilizados pelas diferentes organizações presentes. Diferentes metodologias de trabalho com homens agressores foram também apresentadas.

As discussões iniciaram-se destacando que a percepção social da violência contra a mulher é histórica no sentido de que, ao longo dos séculos, esta percepção vem se transformando, em grande medida, em função da luta política das mulheres. Esta luta desnaturalizou este tipo de violência, tornando-a visível e, mais recentemente, qualificando-a como uma violação dos direitos humanos e como um comportamento criminal. Destacou-se a necessidade de se compreender o fenômeno da violência contra a mulher no contexto mais amplo da poder, política e da desigualdade de gênero que se concretiza em vários planos: no acesso à renda, a educação, aos serviços, ao poder político, ressaltando-se ainda que a violência de gênero tem um forte componente cultural, que não é facilmente superável através de leis e normas.

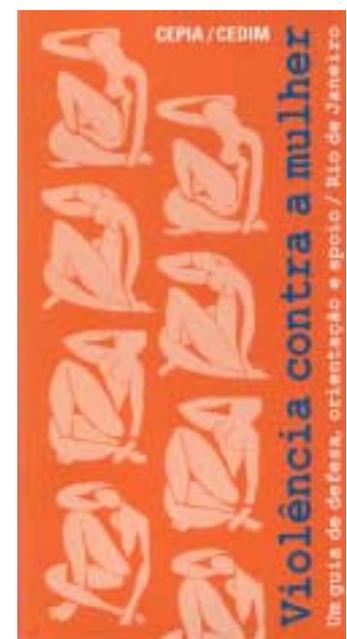
Foi também enfatizada a necessidade de compreender a violência de gênero no contexto mais amplo da violência generalizada que caracteriza hoje as sociedades Latino-Americanas e do Caribe observando, no entanto, sua especificidade e desenvolvendo estratégias para lidar com a mesma. Os limites entre a esfera pública e o respeito à privacidade no âmbito da violência doméstica e sexual foram também ressaltados. Outro ponto de debate tratou da tensão entre as políticas de identidade, que têm enorme importância em relação às mulheres tanto no que se refere à violência quanto aos direitos reprodutivos, e o perigo de se perder a perspectiva de que tais políticas não podem estar dissociadas da luta

pela transformação da sociedade em todos os níveis, incluindo a crítica ao modelo neoliberal que impõe restrições às políticas sociais, impactando diretamente as mulheres.

Houve acordo entre os participantes no sentido de que a violência contra a mulher ainda não é vista como uma violação de direitos e um tema de saúde pública por todos os setores da sociedade. São poucos os recursos para

programas dedicados a sua prevenção e erradicação, aumentando a competição entre as entidades que desenvolvem estas atividades. Travou-se um importante debate com relação às atuais estratégias desenvolvidas como forma de reduzir e buscar erradicar a violência contra as mulheres. Até que ponto as atividades que vêm sendo desenvolvidas junto a grupos de homens têm sido bem sucedidas? Como tornar mais eficazes as leis, normas e regulamentações de práticas profissionais já existentes? Como melhor aproximar as estratégias de prevenção e erradicação da violência doméstica no âmbito da saúde, da segurança pública e do acesso à justiça?

Ainda no campo das estratégias, refletiu-se sobre a melhor forma de dar maior responsabilidade aos homens, incorporando-os às iniciativas de combate à violência de gênero. É necessário que os homens reflitam sobre como aprenderam a ser como são, e como o componente de violência se insere neste aprendizado da masculinidade. Também foi apontado que, da mesma maneira que é preciso envolver os



Source: CEPIA

homens no combate à violência de gênero, é preciso aproximar o movimento de mulheres da luta contra a homofobia. Para que esta aproximação seja realmente efetiva, particularmente no que se refere a desnaturalização da vida íntima, o trabalho deve reconhecer a tradição e a experiência acumulada pelo movimento de mulheres ao longo das últimas décadas.

## Desafios

Existe uma epidemia de violência doméstica que deve ser enfrentada pelo profissional de saúde como uma questão de saúde pública (Ruth Mesquita, Hospital Fernando Magalhães, Brasil).

Com relação à experiência dos diversos países houve acordo em que existe um descompasso freqüente entre os diferentes serviços oferecidos às mulheres vítimas de violência, onde raramente há uma atuação articulada entre a polícia, os profissionais de saúde, os grupos de mulheres, a justiça (os juizados especiais criminais, no caso do Brasil) e os grupos de homens. Esta fragmentação das estratégias diminui a eficácia dos serviços prestados. Isto sem falar no papel crucial das instituições de ensino em todos os níveis, que deveriam ser importantes agentes de prevenção da violência de gênero.

Outro déficit indicado diz respeito a formação de gerentes e a capacitação de profissionais, incluindo a ausência de suporte psicológico e social para os profissionais de saúde o que seria fundamental para que se reduza a violência institucional. Os serviços de saúde também podem ser muito agressivos. Muitas mulheres são agredidas pelo descaso e maus tratos nos diversos serviços pelos quais passam em busca de atendimento para a violência doméstica e sexual. Foi inclusive salientado que a mulher vítima de violência doméstica pode ser ainda pior atendida nos serviços de saúde do que a vítima de violência sexual.

Durante o Diálogo foram discutidas diferentes estratégias que vêm sendo utilizadas a fim de envolver e responsabilizar os homens em relação à prevenção e redução da violência de gênero. Estas estratégias são variadas, refletindo a própria diversidade existente entre os homens. Foi apontada a necessidade de se redefinir a linguagem, principalmente no que diz respeito à responsabilização masculina. Discutiu-se que, a exemplo do que ocorre no campo da saúde reprodutiva, o papel dos homens na erradicação da violência de gênero deve ser redefinido. No campo dos direitos

reprodutivos, os documentos internacionais falam de responsabilidade masculina, substituindo o termo até então utilizado (paternidade responsável). Ao mesmo tempo, agências de fomento passam a privilegiar o termo "envolvimento dos homens", que tende a atenuar a radicalidade do movimento de mulheres no tratamento do tema. Afirmou-se que é necessário caminhar não no sentido de uma responsabilização ou envolvimento, mas sim para a transformação das masculinidades.

Apontou-se também a necessidade de reconhecer que o trabalho junto aos homens está fundamentado em diretrizes internacionais, expressas no Plano de Ação da Conferência do Cairo (1994): "estimular os homens para que se responsabilizem pelo seu comportamento sexual e reprodutivo, e que assumam sua função social e familiar." (Cap. IV, C). Da mesma forma, na XXI reunião da ONU para avaliar Cairo+5 se apontou que "todos os dirigentes de todos os níveis, assim como os pais e educadores devem promover modelos positivos que ajudem os homens a converter-se em adultos sensíveis às questões de gênero e lhes permita apoiar, promover e

respeitar a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos das mulheres." (IIID-50). Este mesmo documento determina que se deve atuar a fim de que "os homens compreendam suas funções e sua responsabilidade no sentido de respeitar os direitos humanos da mulher, proteger a saúde da mulher (...) e na eliminação da violência sexual e outros tipos de violência baseada no sexo, velando para que as meninas e mulheres não estejam sujeitas a coerção ou violência." ((IVA-52g).

A necessidade de fazer a articulação da violência contra as mulheres com a violência praticada entre homens sem, entretanto, deixar-se cair no argumento fundamentalista de naturalização do comportamento masculino como violento, foi enfatizada. No caso das mulheres e homens negros esta articulação é muito importante, dado o enorme contingente de homens jovens negros que são vítimas de violência nas cidades o que pode minimizar a questão da violência contra as mulheres, principalmente as mulheres negras. Uma outra armadilha apontada é cair numa abordagem vitimizadora da responsabilidade do homem (que é a forma como a Igreja Católica lida com os padres pedófilos, por exemplo).

Outro desafio identificado pelos participantes se refere ao desenvolvimento de uma metodologia apropriada para um trabalho com homens que realmente contribua para a erradicação da violência



Source: Lola Press

*A responsabilidade é um valor social que se realiza na esfera cotidiana.*  
(Esperanza Cerón, RSMLAC, Chile)



Participants at the Dialogue

Source: CEPIA

contra a mulher e não atue somente como um paliativo. Também apontou-se o risco de uma metodologia deste tipo “psicologizar” demais as relações de gênero, tornando difícil elaborar mudanças.

Um outro problema apontado em relação a este tipo de trabalho com homens é quando este tratamento terapêutico passa a substituir a punição pela violência praticada contra a mulher. Como traçar nestes casos o limite entre cuidar e punir? Como se diferencia, para os homens, o tipo de castigo, de acordo com o crime: se um homem agride uma pessoa na rua, vai preso; se agride sua mulher em casa, vai fazer terapia? Existe, segundo alguns participantes, uma confusão entre psicologização e patologização.

Os participantes concordaram que o empoderamento das mulheres passa pela informação sobre os seus direitos e o encaminhamento para os diversos serviços públicos a elas disponíveis como creches, centros de qualificação profissional, serviços de saúde e de segurança. Também concordaram em que na América Latina e no Caribe houve progresso neste sentido. No entanto, este empoderamento passa também pelo apoio psicológico à vítima, que é ainda deficitário. Este suporte é muito importante para assistir a mulher, que é quem sente a dor, fortalecendo-a para romper com a situação de violência e tomar as decisões.

## Avanços e estratégias para prevenir e erradicar a violência contra as mulheres

*É preciso que a esquerda seja radical na crítica de grupos políticos que utilizam a violência, alegando uma suposta legitimidade da mesma na defesa de sua causa (Sonia Correa, DAWN/ IBASE, Brasil).*

Uma primeira constatação feita por vários participantes do diálogo é o fato de que avanços formais, através de leis e programas específicos, não se traduziram necessariamente em avanços reais, ou seja, numa mudança substantiva de pensamento dos homens e mulheres. Entretanto houve acordo em que hoje é mais difícil, em muitos países da região, justificar a violência doméstica com argumentos tais como: provocações, alcoolismo, incapacidade de expressão alternativa de raiva. Tratavam-se de mitos que se repetiam também na unidade policial quando a mulher buscava ajuda.

A violência doméstica passou a ser reconhecida como crime em vários países na América Latina e Caribe e

deve constituir-se numa prioridade na agenda dos governos e das organizações não-governamentais. Em alguns países entretanto não há legislação suficiente e faltam políticas públicas específicas para enfrentar o problema.

Neste contexto, é necessário um trabalho de sensibilização com diferentes setores, a fim de que a violência doméstica e de gênero seja vista como crime, mudando o comportamento de diferentes profissionais em relação às vítimas desta violência. Nos locais onde ainda não existe uma política institucionalizada de erradicação e prevenção à violência de gênero, é necessário trabalhar por uma legislação específica, que seja implementada através de programas focalizados. Neste processo de mobilização, é importante contar com o apoio de setores oficiais sensíveis ao tema, que possam atuar como agentes de pressão e *lobby* junto aos parlamentares e demais instâncias governamentais.

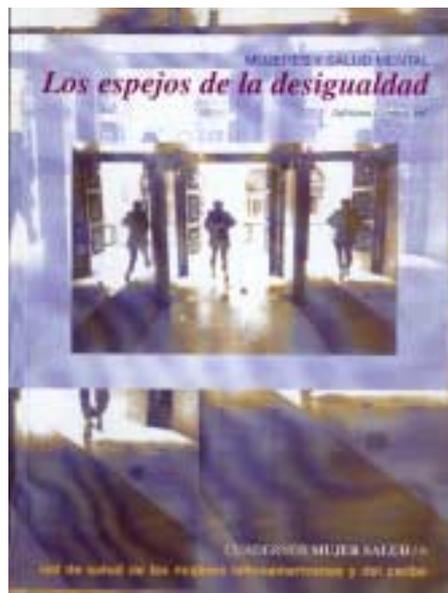
As experiências relatadas demonstram que a capacidade de atuação das ONGs, tanto as que atuam junto às mulheres vítimas quanto aos homens agressores, é

limitada em função do número de pessoas que podem ser atendidas. Assim, é fundamental estabelecer parcerias junto aos órgãos governamentais para que se envolvam efetivamente no desenvolvimento de políticas de erradicação da violência de gênero.

No âmbito do judiciário, algumas propostas têm sido implementadas com o sentido de combater a impunidade, simplificar os procedimentos e desafogar o judiciário. Entretanto, a justiça não tem sido suficientemente capacitada para tratar a questão. No caso do Brasil, por exemplo, existe intenso debate

sobre a Lei 9099/95, que estabelece um foro diferenciado para os chamados crimes com “menor potencial ofensivo” (crimes com penas menores a um ano de prisão), nos quais enquadram-se os crimes de violência doméstica. Antes desta lei entrar em vigor, o autor de agressão se via constrangido a ir à delegacia, prestar depoimento, ser fichado. Como advento da lei 9099, com o objetivo de agilizar os processos, o papel da delegacia é no máximo escrever um termo circunstancial e encaminhar o caso ao

juizado especial criminal. O primeiro ponto, portanto, é reconsiderar esta definição: violência doméstica não é um crime de menor potencial ofensivo. Vários participantes do diálogo destacaram o caráter altamente problemático da suspensão do processo judicial para homens que participam de grupos de reflexão.



Source: Red de la Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe

*Temos que trabalhar para que no futuro não sejam mais necessárias as delegacias especiais e que as mulheres sejam bem atendidas em qualquer delegacia comum. (Martha Rocha, Delegada de Polícia, Brasil).*

Também deve-se registrar a existência de um ciclo de violência doméstica que deve ser compreendido pelos profissionais que atuam junto às vítimas. A mulher agredida tem uma relação de afeto com o homem e ela não necessariamente quer a prisão deste homem, mas quer o fim desta violência. O policial não pode julgar esta mulher. A maior parte da clientela da delegacia de atendimento a mulher é de mulheres de baixa renda, que não necessariamente têm noção de seus direitos, talvez não tenham para onde ir. Cerca de 80% dos fatos registrados são de lesões corporais de natureza leve.



Discussions at the Dialogue

Source: CEPIA

## How to sensitize health professionals on VAW

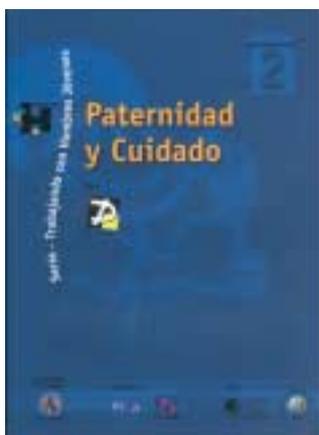
*Os médicos fogem do assunto violência. Em primeiro lugar porque o tema traz a questão da violência que está dentro de nós e não estamos acostumados a esta discussão. Além disso, não há redes de apoio que permitam que o médico cuide da violência de forma mais abrangente.* (Marcos Bastos, SMS, Brasil)

Um outro tema intensamente debatido no encontro foram as iniciativas de sensibilização dos profissionais de saúde para que saibam atuar corretamente no atendimento a mulheres vítimas de violência. Destacam-se neste campo as seguintes experiências:

Em experiências relatadas no caso do Brasil, observou-se que quando as mulheres se apropriam um pouco mais dos mecanismos jurídicos que dizem respeito ao processo que movem contra os agressores, há dois momentos muito característicos: ficam contentes em poder conhecer melhor qual é o procedimento jurídico e decepcionadas quando compreendem o que vai acontecer com os agressores depois da denúncia feita. Classificam como 'palhaçada' ou 'absurdo' o fato dos agressores não serem penalizados da maneira como elas acham que seria justo. Querem ser protegidas e reparadas pelos anos de agressões de que foram vítimas.

*Os direitos sexuais e reprodutivos são os primeiros a serem renunciados nas campanhas políticas; são os temas que levam os candidatos a perder votos.* (Mariana Romero, CEDES, Argentina).

No que diz respeito ao Judiciário, algumas organizações, como a CEPIA, têm realizado campanhas de sensibilização, juntamente com a Associação dos Magistrados, dirigidas à aplicabilidade dos direitos humanos, levando conhecimento sobre as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.



Source: Instituto PROMUNDO y colaboradores

*É fundamental perceber que os rapazes podem ser grandes aliados na prevenção da violência e na transformação das masculinidades.* (Marcos Nascimento, Instituto Promundo, Brasil).

- Mariana Romero, do CEDES, Argentina, apresentou os resultados da pesquisa "Médicos e a problemática reprodutiva: as opiniões de obstetras e ginecologistas de Buenos Aires. Observou que os médicos têm grande influência nas decisões das mulheres sobre saúde reprodutiva, tanto através de suas práticas, quanto de suas mensagens e por suas ações e omissões. Através da pesquisa, constatou-se que a violência contra a mulher (tanto abuso sexual quanto violência doméstica) não aparece como um tema altamente relevante se comparado com outros problemas de saúde pública.
- Jacqueline Pitanguy, indicou que a Cepia, tem desenvolvido, no Brasil diferentes experiências de capacitação de profissionais de saúde. A instituição trabalha também junto a estudantes de medicina e de enfermagem, através de cursos organizados em conjunto com duas universidades, onde são discutidas questões ligadas a violência de gênero e direitos humanos nas práticas médicas.
- Elcyline Leocadio indicou que o Ministério da Saúde do Brasil tem atuado nos últimos anos no sentido de implantar políticas específicas de atenção às mulheres vítimas de violência. Em 1998, a área de Emergência e Trauma foi transformada em área de Acidentes e Violência. Em 2001, essa política foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde Pública. O Ministério tem prestado assessoria aos estados e apoio para que eles possam implantar políticas de atenção à mulher. Produziram e publicaram uma norma sobre os procedimentos dos profissionais de saúde e das unidades de saúde em casos de violência sexual. Produziram também a cartilha de orientação para atendimento de adolescentes escrita em parceria com o Ministério da Justiça, para dar apoio aos agentes comunitários de saúde, de acordo com o Programa Saúde da Família.

## Raising awareness of young men

“É preciso repensar a concepção de homem predominante. Como trabalhar com os homens, colocando-os não apenas no lugar do agressor, mas trazer também os homens para o compromisso de envolvimento no combate à violência de gênero? É necessário não se calar, não permitir que esta violência aconteça.” (Jorge Lyra, PAPAÍ, Brasil).

Os valores da masculinidade hegemônica estão presentes em todos os lugares onde os homens jovens e adultos convivem. Os projetos junto a este público são uma “gota no oceano”, e levam à reflexão sobre novos papéis, e buscando mudança de comportamento dos homens, sejam eles autores de violência ou não. Registramos neste campo as seguintes iniciativas:

- Fernando Acosta apresentou o trabalho do Instituto NOOS, Rio de Janeiro, Brasil – Realiza grupos reflexivos de gênero, não somente com autores de violência de gênero, mas autores de violência em geral. Trabalham também com grupos de policiais. São realizados grupos de reflexão dentro dos batalhões, principalmente depois de operações violentas. Os homens autores de violência são encaminhados por diferentes instituições, tais como o CIAM, os Juizados Especiais Criminais, delegacias e por indivíduos. A proposta é implementar um Centro de Responsabilização de Autores de Violência contra a Mulher (CRAVO). Os grupos reflexivos de gênero são realizados com homens idosos, adultos e jovens; mulheres idosas, adultas e jovens; homens autores de violência; mulheres vivendo



Discussing issues around domestic violence

Source: CEPIA

“A violência de gênero é incompatível com a democracia. Embora seja um tema pós-moderno, não realizamos os ideais da modernidade se não incluímos a dimensão de gênero” (Suely Almeida, UFRJ, Brasil).

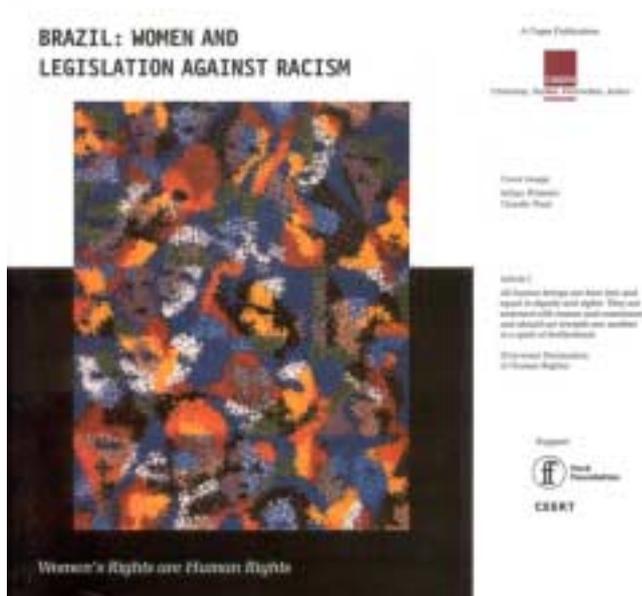
em situação de violência. Trabalha com métodos alternativos de solução de controvérsias. Realiza também atividades de pesquisa, capacitação e sensibilização.

- Jorge Lyra do Grupo PAPAÍ, Recife, Brasil – apresentou seu trabalho com homens jovens e adolescentes, buscando contribuir para a análise e construção da masculinidade, tendo por base o respeito aos direitos das mulheres e à diversidade sexual. No âmbito da reprodução, trabalham com o pai adolescente, que raramente é considerado em políticas de saúde reprodutiva.

Marcus Nascimento do Instituto Promundo, Rio de Janeiro, Brasil – Dedicase ao trabalho com homens e masculinidades, através da aplicação de uma perspectiva de gênero e, portanto, relacional, levando em conta o contexto social, cultural, econômico e político. Realiza atividades de pesquisa, *advocacy*, desenvolvimento de materiais educativos e capacitação, avaliação de impacto e trabalhos diretos de intervenção em comunidades de baixa renda. Possui um projeto de formação de promotores juvenis destinados a disseminar idéias de promoção de saúde e equidade de gênero. Trabalha em articulação com outras instituições que desenvolvem atividades similares.

- Roberto Garda, apresentou o projeto “Homens renunciando a sua violência”, desenvolvido pelo CORIAC, México. CORIAC é uma organização civil mexicana

criada por homens que trabalham para transformar as formas de vida tradicionais de masculinidade que empobrecem a vida e são opressivas para as mulheres. Realizam trabalhos de pesquisa e ações de mudança pessoal e institucional, a fim de gerar formas construtivas e afetivas de ser homem. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de uma cultura baseada na equidade e respeito no âmbito público e privado. CORIAC trabalha com: adultos que reconhecem sua violência; grupos de pais; policiais; jovens; indígenas; homens saídos de pena de reclusão. Suas principais formas de atuação são: sensibilização; campanhas; capacitação de multiplicadores; pesquisa. CORIAC utiliza uma metodologia que distingue três níveis, permitindo primeiro que os homens reconheçam sua situação de violência; segundo que redefinam o significado da sua experiência emocional no contexto de violência com sua parceira; e terceiro que realizem e negociem um plano de satisfação pessoal com a parceira. Esta



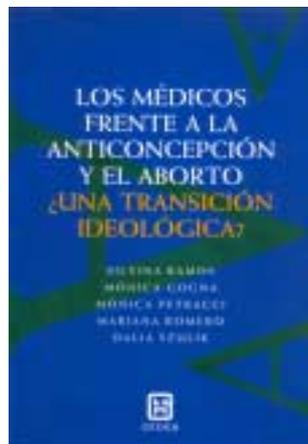
Women and the Legislation Against Racism, collection translating the legislation from a gender perspective.

Source: CEPIA

estratégia é desenvolvida ao longo de pelo menos 16 sessões em grupo, nas quais diferentes técnicas de terapia individual e em grupo são utilizadas. O ponto principal do trabalho refere-se a redução do chamado "risco fatal".

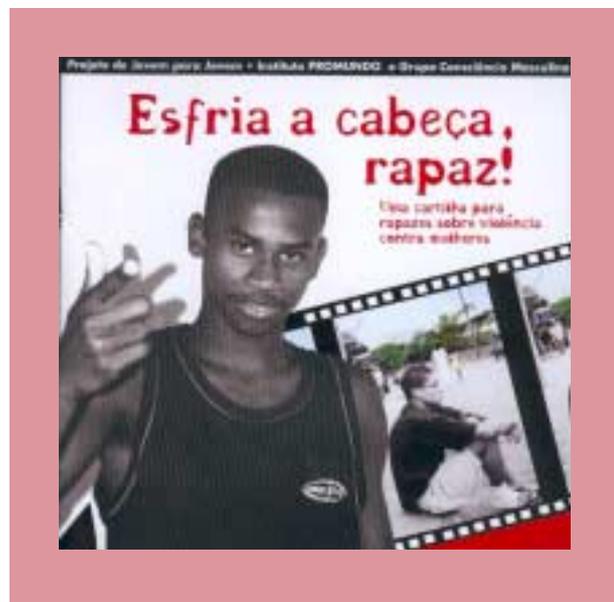
- Fernando Acosta informou sobre a Campanha do Laço Branco: A proposta é trabalhar com os homens pelo fim da violência. No cartaz, aparecem homens anônimos e a idéia é que estes sejam progressivamente substituídos por personalidades públicas da sociedade brasileira que tenham peso político e possam influir no discurso público sobre o tema. Foi lembrado que uma das primeiras ações do CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Brasil, na década de 1980, foi colocar no ar uma campanha de conscientização estrelada pelo ator Raul Cortez, um homem de grande legitimidade nacional, falando pelo fim da violência doméstica.

- PROSAD (Programa de Saúde do Adolescente), Prefeitura do Rio de Janeiro, Brasil - Trabalho com adolescentes (meninos e meninas). Segundo Viviane Castelo Branco, o Prosad atua em projetos educacionais; na distribuição de preservativos, acompanhadas de atividades informativas junto aos jovens. Também possui atividades de facilitação do acesso dos adolescentes às unidades de saúde, incluindo informação sobre iniciação à vida sexual, gravidez, DST/ AIDS, violência sexual e doméstica. Atua também através de um centro de atendimento a adolescentes (Adolescento), voltado para a formação de adolescentes promotores de saúde, numa abordagem multidisciplinar.



Source: Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CEDES)

*Uma mulher abandonou o atendimento e foi procurada pela coordenação para que o motivo fosse apurado. Através do seu depoimento, pode-se perceber que as agressões haviam parado porque ela havia 'parado de dar motivo'. Isso significava que ela havia parado de querer trabalhar, de querer separar-se do marido, de recusar-se a fazer sexo sem vontade etc. (Cecília Soares, CIAM, Brasil).*



Source: Instituto PROMUNDO

## Training Police officers

*A polícia tem que passar a enxergar a violência doméstica como crime. Primeiro é preciso chegar aos altos escalões da corporação, a fim de que o policial na ponta receba esta mensagem.* (Carla Bakboard, CAFRA, Suriname).

Um dos campos mais férteis de atuação na prevenção e redução da violência de gênero tem sido a capacitação de policiais para atuar junto às vítimas de violência. Foram relatadas no Diálogo as seguintes experiências neste campo:

- Leila Linhares da CEPIA, informou sobre projeto desenvolvido com profissionais de segurança pública e justiça, onde a CEPIA realizou, em parceria com a Academia de Polícia, o treinamento de 300 policiais, com a perspectiva de continuidade deste trabalho. Também realizou, com o apoio do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), um encontro nacional de intercâmbio de experiências entre dezenas de grupos e ONGs de mulheres que realizam capacitação de policiais. Em todas estas iniciativas é enfatizada a necessidade de articulação das diferentes áreas envolvidas no atendimento às mulheres vítimas de violência, a fim de que haja maior articulação entre as mesmas. Informou também que a CEPIA tem atuado junto a mulheres de setores populares que são vítimas de violência. Nestas comunidades, onde raramente se pode contar com a polícia, a construção de uma rede de solidariedade é fundamental. Neste sentido, a CEPIA também publica regularmente um guia de defesa, orientação e apoio a vítimas de violência, que já se encontra em sua 4ª edição.
- Carla Backboard do CAFRA e Women's Rights Center, Suriname informou sobre a experiência de capacitação de policiais e assistentes sociais, com apoio do BID; além disso, estabeleceram uma rede interinstitucional para combater violência contra a mulher e brevemente vão realizar treinamentos junto a profissionais de saúde, juizes, advogados e promotores. No Suriname, CAFRA e o WRC fizeram o treinamento de 30 policiais, ativistas e líderes religiosos que se tornaram multiplicadores. Neste metodologia, foram treinados 460 policiais e 200 agentes sociais. Com base na experiência do Suriname, 200 policiais e agentes sociais foram treinados em 21 países do Caribe.

*O movimento de mulheres tem uma demanda muito clara: usem a estratégia que quiserem, mas parem a violência contra as mulheres! O que é uma demanda legítima.* (Roberto Garda, CORIAC, México).

## Working with women to prevent gender violence

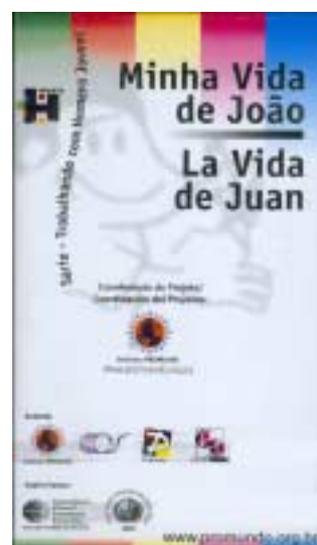
Também foram registradas iniciativas de atuação junto a mulheres, sejam elas vítimas de violência ou multiplicadoras que poderão atuar na prevenção e no encaminhamento de vítimas de violência:

- Cecília Soares informou sobre o CIAM (Centro Integrado de Atendimento a Mulher), CEDIM, Rio de Janeiro, Brasil - Foi criado em 1999, a partir da demanda das mulheres atendidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM). Já foram atendidas cerca de 4000 mulheres, com uma média de 130 casos novos por mês. Em 95% dos casos registra-se a ocorrência de violência doméstica (lesão corporal e ameaças). O CIAM pretende ser um espaço de acolhimento, escuta, reflexão e mudança, trabalhando com vistas à transformação de como as mulheres estão no mundo, levando em conta a melhoria da qualidade de vida, dignidade, felicidade, promoção da segurança.

- **All this text is missing in the Portuguese version!!!**

Leila Linhares Barsted from CEPIA, Rio de Janeiro, Brazil presented strategies of work with women from low-income communities

who area victims of violence. In these communities, where people can hardly count with the police, the construction of a solidarity network is fundamental. In this sense, CEPIA also publishes regularly a guide for the defence, orientation and help to victims of violence, widely distributed, which is already in its 4<sup>th</sup> edition.



Source: Instituto PROMUNDO.

## Olhando para o Futuro: Estratégias propostas

*As mulheres – e alguns homens – estão cada vez mais conscientes da necessidade de novas estratégias para defender as conquistas tão duramente alcançadas na luta por igualdade de gênero e para levar esta luta a outros espaços.* (Ilja Luciak, Österreichisches Lateinamerika Institut, Áustria).

Working from the Cairo Conference and the Belem do Para Convention participants at the dialogue concluded their work with the following recommendations:

- 1) É preciso diferenciar entre alianças de gênero táticas e estratégicas. A aliança tática fortalece a busca por igualdade formal, mudando as relações de poder nos espaços públicos. A aliança estratégica, por outro lado, procura realizar a igualdade substantiva, que se baseia numa transformação fundamental das relações tradicionais que prevalecem entre ambos os sexos.
- 2) Apontou-se que a comunidade médica e o conjunto dos profissionais de saúde devem ser sempre vistos como um público alvo importante nas estratégias para prevenir a violência de gênero e para promover os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. São necessárias ações de sensibilização e capacitação destinadas a ampliar a perspectiva destes profissionais para compreender de maneira mais integral as necessidades das mulheres. É importante envolver as sociedades profissionais e as sociedade científicas nest tarefa de sensibilização, pois estas organizações têm enorme peso junto aos médicos.
- 3) Sugeriu-se que seja aberto um canal de diálogo maior, promovendo um intercâmbio entre setores governamentais de diferentes países sobre temas como diferentes formas de capacitação de policiais, diferentes metodologias de trabalho com homens, entre outros.
- 4) Mais concretamente, sugeriu-se a realização de um encontro de representantes do ministério público e/ou de delegados de polícia de diferentes países da região para discutir temas como violência doméstica, saúde e direitos reprodutivos. Esta reunião seria semelhante a que foi organizada pelo Fórum da Sociedade Civil nas Américas em 2001, "Novos desafios da responsabilidade política". Apontou-se, entretanto, que não é fácil estabelecer esta articulação, pois os membros do ministério público e outros setores da justiça e segurança pública tendem a se reunir em torno de temas transnacionais (como crime organizado, tráfico de pessoas etc.), onde raramente a questão de gênero aparece.

*A violência doméstica não deveria ser considerada como um crime de menor potencial ofensivo.* (Leila Linhares Barsted, CEPIA, Brasil).

- 5) No âmbito das organizações presentes ao Diálogo, sugeriu-se a continuidade do intercâmbio de metodologias, comparando-se por exemplo os materiais produzidos, manuais para capacitação etc. Este diálogo pode continuar através de outras reuniões e também pela Internet. É preciso refletir sobre os trabalhos desenvolvidos, inclusive fazendo uma avaliação política dos mesmos, aprofundando temas como articulação institucional e recursos, entre outros.
- 6) Foram apresentadas algumas estratégias propostas pela Câmara Técnica sobre Violência Doméstica e Sexual do Ministério da Saúde do Brasil: melhorar a produção e disseminação de informações; reorganizar e avaliar a rede assistencial, apoiar projetos, definir referências e parcerias fora do setor; formar recursos humanos; sensibilizar a mídia e outros formadores de opinião; sensibilizar a população em geral; agir em conjunto com a sociedade civil; articular o setor saúde com segurança, justiça, educação e cultura.
- 7) A questão étnica está pouco presente no cotidiano dos projetos apresentados. Este é um desafio lançado a todos que atuam neste campo. É preciso que os diferentes projetos incorporem a temática da diversidade, conhecendo a cor, a idade e outras características da população atendida e daquelas que sofrem violência.
  - 8) É preciso pensar na questão dos dados; devemos ter bases de dados nacionais e dados comparáveis em termos regionais. Da mesma forma é necessário documentar e registrar as experiências em curso.
- 9) Concretamente, foi proposto que a OPAS publique e distribua documentos destinados a promover o intercâmbio de informações na área de violência contra a mulher, saúde e direitos reprodutivos.
- 10) No que diz respeito à mídia, foi apontada a necessidade de retirar a temática da violência doméstica das páginas policiais dando maior visibilidade ao tema. É preciso que a mídia seja capaz de ressaltar os fatos sem usar sensacionalismo, tornando-os grotescos. Devemos nos lembrar que não apenas a violência de gênero, mas a violência em geral, ao mesmo tempo em que é real, é depois reconstruída pela mídia. Dada esta grande responsabilidade destes profissionais, foi apontada a necessidade de promover cursos de sensibilização junto a estudantes de comunicação (nos moldes, por exemplo, do que a Cepia faz junto a estudantes de medicina).

## Lista de Participantes

### BRASIL

**Fernando Acosta**, NOOS, Rua Martins Ferreira, 28, Botafogo- 22271-010 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2579-2357  
E-mail: noos@alternex.com.br ou dfacosta@uol.com.br

**Suely Almeida**, Diretora Escola de Serviço Social Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 3857-5308 / 5381 / 5380  
E-mail: direcao@ess.ufrj.br

**Mabel Assis**, Fala Preta – Organização de Mulheres Negras, Rua Vergueiro, 434 – 3º andar, Aclimação 01504-000 São Paulo  
Fone/fax: +55 11 3277-4727 / 5025  
E-mail: falapret@uol.com.br ou mabelassis@uol.com.br  
Web site: www.falapreta.org.br

**Rosemary Barber-Madden**, Representação no Brasil, FNUAP/ UNFPA,  
Fone: +55 61 329-2184  
E-mail: unfpa@undp.org.br

**Leila Linhares Barsted**, Diretora, CEPIA, Rua do Russel 694/201 Glória, Rio de Janeiro 22210-010  
Fone/fax: +55 21 2558-6115  
E-mail: barsted@alternex.com.br; Web site: www.cepia.org.br

**Marcos Bastos**, Programa de Saúde da Mulher Secretaria Municipal de Saúde Rio de Janeiro  
Fone: + 55 21 2503-2270 ou 2259-5436  
E-mail: gpm@pcrj.rj.gov.br ou marcosad@centroin.com.br

**Viviane Castelo Branco**, Programa de Saúde do Adolescente Secretaria Municipal de Saúde, Rio de Janeiro  
E-mail: gpa@pcrj.rj.gov.br

**Sonia Corrêa**, IBASE/DAWN/CCR, Av. Rio Branco, 124, 8º andar, Centro 20148-900 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2509-0660; Fax: +55 21 3852-3517  
E-mail: scorrea@ibase.br; Web site: www.ibase.br

**Delaine Martins Costa**, IBAM, Largo do IBAM, no. 1, Humaitá – Rio de Janeiro – RJ  
Fone: +55 21 2537-7595 r: 222  
E-mail: delaine@ibam.org.br; Web site: www.ibam.org.br

**Iracema Dantas**, Coordenadora de Comunicação, IBASE, Av. Rio Branco, 124, 8º andar, Centro 20148-900 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2509-0660; Fax: +55 21 3852-3517  
E-mail: iracema@ibase.br; Web site: www.ibase.br

**Julio Javier Espindola**, Divisão de Promoção a Saúde – PAHO/WHO, Setor de Embaixadas Norte; lote 19, 70800-400 Brasília - DF  
Fone: +55 61 426-9507  
E-mail: espindola@bra.ops-oms.org

**Rosana Heringer**, Diretora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros - UCAM Coordenadora – Fórum da Sociedade Civil nas Américas, Rua do Russel 694 apt 201, Glória – Rio de Janeiro 22210-010  
E-mail: forumcivil@alternex.com.br ou heringer@candidomendes.edu.br  
Web site: www.forumcivil.org.br

**Westei Conde y Martin Júnior**, Ministério Público de Pernambuco  
Fone: +55 81 3423-3357; Fax: +55 81 3423-4980  
E-mail: wconde@fisepe.pe.gov.br ou westei@yahoo.com.br

**Elcylene Leocádio**, Programa de Saúde da Mulher Ministério da Saúde Esplanada dos Ministérios, Bloco G Brasília - DF  
Fone: +55 61 315-2515  
E-mail: elcylene.leocadio@saude.gov.br  
Web site: www.saude.gov.br; www.rhamas.org.br

**Jorge Lyra**, Programa PAPAÍ, Rua Mardônio Nascimento, 119, Várzea 50741-380 Recife-PE  
Phone: +55 81 3271-4804; E-mail: papai@npd.ufpe.br  
Web site: www.ufpe.br/papai

**Magaly Marques**, Fundação MacArthur, Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 936, Conj. 71 Brooklin – São Paulo 04571-000  
Fone: +55 11 5505-2527  
E-mail: mmarques@macfound.org.br

**Maria Elvira Vieira de Mello**, CEPIA, Rua do Russel 694/201 Glória, Rio de Janeiro 22210-010  
Fone/fax: +55 21 2558-6115  
E-mail: mariaelvira@cepia.org.br; Web site: www.cepia.org.br

**Ruth Mesquita**, Assistente de Direção, Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, Rua Gal. José Cristino, 87, São Cristóvão 20921-400 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2580-1132  
E-mail: ruthmesquita@terra.com.br

**Adriana Valle Mota**, Cepia/ Fórum da Sociedade Civil nas Américas, Rua do Russel 694 apt 201 - Glória, Rio de Janeiro – RJ 22210-010  
Fone/fax: +55 21 2558-6115  
E-mail: forumcivil@alternex.com.br; Web site: www.forumcivil.org.br

**Marcos Nascimento**, Instituto Promundo, Rua Francisco Serrador, 2/ 702, Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2544-3114 / 3115; Fax: +55 21 2220-3511  
E-mail: m.nascimento@promundo.org.br  
Web site: www.promundo.org.br; www.lacobranco.org

**Alessandra Fontana Oberling**, Área de Desenvolvimento Econômico e Social – IBAM, Largo do IBAM, no. 1, Humaitá – Rio de Janeiro – RJ  
Fone: +55 21 2537-7595;  
E-mail: oberling@ibam.org.br; Web site: www.ibam.org.br

**Lucia Helena G. Penna**, Escola de Enfermagem Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, Rua Barão do Bom Retiro 2465, apt 301, Grajaú Rio de Janeiro 20540-340  
Fone: +55 21 2578-2556 or 9919-4872  
E-mail: luciapenna@aol.com

**Jacqueline Pitanguy**, Diretora, CEPIA, Membro do Conselho Diretor do SID, Rua do Russel 694/201 Glória, Rio de Janeiro RJ 222-10-010  
Fone/fax: +55-212-5586115  
E-mail: pitanguy@alternex.com.br; Web site: www.cepia.org.br

**Maria Isabel Baltar da Rocha**, Coordenadora Nacional Rede Saúde, São Paulo  
Fone: +55 11 3813-9767 or 3814-4979  
E-mail: redesaude@uol.com.br; Web site: www.redesaude.org.br

**Martha Rocha**, Delegada Delegacia da Mulher, Rua Visconde do Rio Branco 12, Centro-20060-080 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 3399-3372 or 9941-0308  
E-mail: mmrocha@uol.com.br; Web site: www.martharocha.com.br

**Sinesio Jefferson Andrade Silva**, Programa Cidadania das Mulheres Comunidade da Maré, Rua 6 casa 92 Vila do João, Bonsucesso 21040-000 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2590-4719  
E-mail: sinesiojefferson@bol.com.br

**Cecília Teixeira Soares**, CIAM/CEDIM - Centro Integrado de Atendimento a Mulher, Rua Regente Feijó, 15, Centro –20060- 060 Rio de Janeiro  
Fone: +55 21 2299-2122; Fax: +55 21 2299-2120  
E-mail: ceciliats@openlink.com.br; Web site: www.cedim.rj.gov.br

## Participantes Internacionales

**Roberto Garda**, CORIAC - Colectivo de Hombres por Relaciones Iguualitarias AC, Diego Arenas Guzmán, 189, Col. Iztaccihuatl Mexico D.F. 03520, Mexico  
Fone/Fax: +52-56 96 34 98  
E-mail: rgarda@coriac.org.mx or coriac@colectivo.org.mx

**Carla Bakboord**, Diretora Executiva, Foundation for Equality and Equity, POB 12639, Difoestraat, 20, Paramaribo, Suriname  
Fone/fax: +59-7550508  
E-mail: bakboordcarla@hotmail.com

**Lilian Abracinskas**, Cotidiano Mujer, Salto 1265 CP11200 – Montevideo, Uruguay  
Fone: +59 82 412-4180; Fax: +59 82 413-0374  
E-mail: cotidian@chasque.apc.org  
Web site: www.cotidianomujer.org.uy

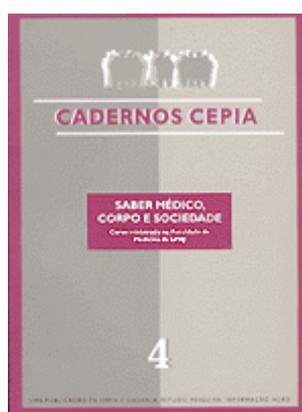
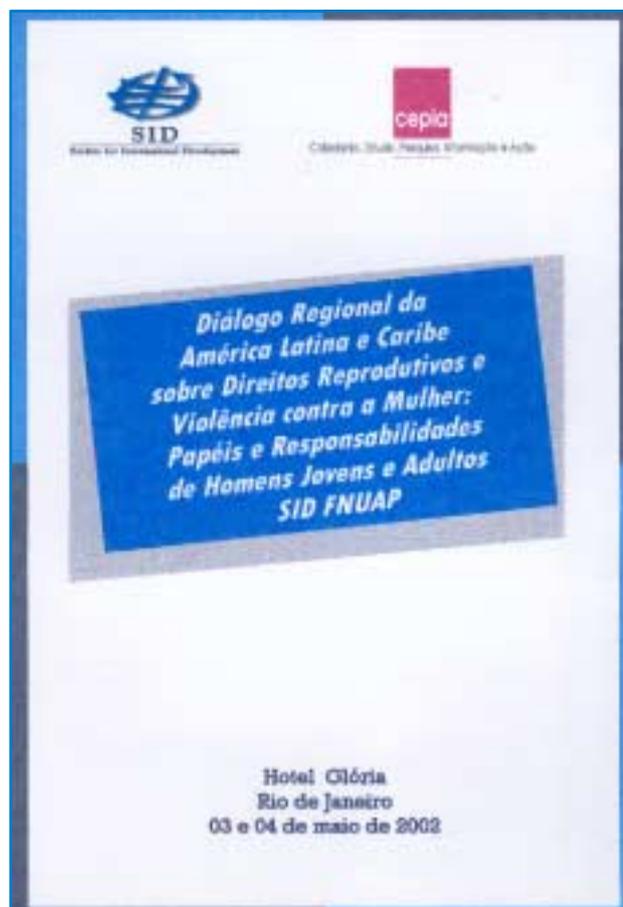
**Ximena Machicao B.**, Diretora Executiva, CIDEM, Av. 6 de agosto casi J.J. Perez Edificio V, Centerario piso 1, oficina B1 C.P.14036, La Paz, Bolivia  
Fone: +5912 24 44 794; Fax: +5912 24 43 565  
E-mail: cidem@mail.megalink.com

**Wendy Harcourt**, Diretora de Programas e Editora da Development, Society for International Development, Via Panisperna, 207, 00184 Rome, Italy  
Fone: +39 064872172; Fax: +39 064872170  
E-mail: wendyh@sidint.org; Web site: www.sidint.org

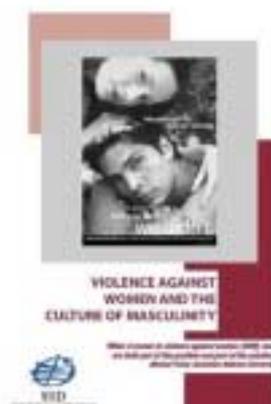
**Ilja Luciak**, Österreichisches Lateinamerika Institut Köstlergasse 12/ 11 Top 1060 Vienna, Austria  
Fone: +43 1 5865328; Fax: +43 1 9147934  
E-mail: iluciak@vt.edu

**Mariana Romero**, Pesquisadora Associada, CEDES, Centro de Estudos de Estado e Sociedade, Sanchez de Bustamante 27, 1173 Buenos Aires, Argentina  
Fone/fax: +54 11 4865-1704/1707 ou 4862-0805  
E-mail: mromero@cedes.org; Web site: www.clacso.edu.ar/~cedes

**Esperanza Cerón Villaquirán**, Coordenadora Geral, RSMLAC - Rede de Saúde das Mulheres Latinoamericanas e do Caribe, Simón Bolívar # 3798 Nunoa, Casilla 50610, Santiago 1, Chile  
Fone: +56-2-223 7077; Fax: +56-2-223 1066  
E-mail: cogeneral@yahoo.com ou rsmlac@bellsouth.cl  
Web site: www.reddesalud.web



Saber Médico, Corpo e Sociedade, 1999



Violence Against Women and the Culture of Masculinity



A Cepia é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, voltada para a execução de projetos que contribuam para a ampliação e efetivação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania especialmente dos grupos que, na história de nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídos de seu exercício.

Neste sentido, a Cepia desenvolve, desde 1990, estudos e pesquisas, bem como projetos de educação e intervenção social com a preocupação de difundir seus resultados, compartilhando-os com amplos setores da sociedade.

Trabalhando com a perspectiva de gênero e no marco dos direitos humanos, a Cepia tem privilegiado em sua atuação as áreas da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais, da violência e do acesso à justiça, da pobreza e do trabalho.



#### **Society for International Development**

Created in 1957, the Society for International Development (SID) is a unique global network of individuals and institutions concerned with development which is participatory, pluralistic and sustainable. SID has over 3,000 individual members in 125 countries, 55 institutional members and 65 local chapters. It works with more than 100 associations, networks and institutions involving academia, parliamentarians, students, political leaders and development experts, both at local and international levels. This makes SID one of the very few organizations that has a holistic, multidisciplinary and multi-sectorial approach to development and social change.

SID Contact details: Society for International Development, Via Panisperna 207, 00184 Rome/Italy, Tel: +39 06 4872172, Fax: +39 06 4872170, E-mail to Wendy Harcourt: [wendyh@sidint.org](mailto:wendyh@sidint.org), Web site: <http://www.sidint.org>

CEPIA Contact details: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, Rua do Russel 694/201 Glória, Rio de Janeiro 22210-010, Tel/Fax: Phone/fax: +55-212-5586115, E-mail: [cepia@alternex.com.br](mailto:cepia@alternex.com.br), Web site: [www.cepia.org.br](http://www.cepia.org.br)

Report: Jacqueline Pitanguy and Rosana Heringer. Translation into English made by Rosana Heringer and Maria Elvira Vieira de Mello.